



ANDREA JOY CAMPBELL
PROCURADORIA-GERAL

O GABINETE DO PROCURADOR GERAL DA COMUNIDADE DE MASSACHUSETTS

ONE ASHBURTON PLACE
BOSTON, MASSACHUSETTS 02108

(617) 727-2200
www.mass.gov/ago

Orientação da Procuradora-Geral:

CONHEÇA SEUS DIREITOS: Aplicação da ICE¹

Um Guia para Imigrantes, Famílias e Comunidades

Devido ao recente aumento nas atividades de fiscalização da imigração em Massachusetts, o Gabinete da Procuradora Geral (AGO) recebeu várias perguntas sobre as ações dos agentes do *U.S. Immigration and Customs Enforcement* (ICE), o papel da polícia local na fiscalização da imigração e os direitos que as pessoas têm quando interagem com agentes federais de imigração.

Esta orientação tem o objetivo de fornecer às comunidades informações sobre seus direitos e a estrutura legal para paradas, prisões e investigações do ICE. **No entanto, não se trata de aconselhamento jurídico nem de um parecer jurídico formal da Procuradora-Geral. O AGO não supervisiona nem controla as atividades do ICE ou dos promotores federais. Esta orientação não aborda todas as circunstâncias em que os residentes podem entrar em contato com o ICE e o AGO não pode garantir que os agentes do ICE agirão de maneira consistente com esta orientação em qualquer situação específica. Os imigrantes, suas famílias e membros da comunidade devem consultar um advogado se precisarem de aconselhamento ou representação em casos ou circunstâncias específicas.**

O AGO tem o compromisso de proteger os direitos civis de todos os residentes, independentemente do status de imigração.

PERGUNTAS E RESPOSTAS

1. Em que tipo de fiscalização de imigração o ICE se envolve?

A atividade de aplicação do ICE pode ter como alvo pessoas que a agência suspeita que estejam sujeitas à remoção do país. Isso pode incluir pessoas cuja liberdade condicional, visto, ação diferida ou outra autorização legal tenha sido revogada. Também pode incluir pessoas suspeitas de terem violado a lei federal de imigração, inclusive:

- Pessoas que entraram nos EUA sem autorização;
- Pessoas que ultrapassaram o prazo de validade do visto;
- Pessoas que receberam ordens de remoção no passado; e
- Pessoas acusadas de violar as condições de imigração (como não fazer o *check-in* com o ICE).

¹ Serviço de Imigração e Fiscalização Aduaneira.

Em geral, essas são violações civis, não criminais. Embora o ICE possa, em alguns casos, se envolver em ações de execução criminal, o ICE não precisa demonstrar que um crime foi cometido para prender e deter uma pessoa sujeita a remoção.

As ações de fiscalização do ICE geralmente assumem uma de duas formas:

2. Aplicação de custódia, em que o ICE prende uma pessoa que já está sendo mantida sob custódia por uma agência de aplicação da lei federal, estadual ou local. Isso ocorre frequentemente depois que o ICE consegue acessar as informações de prisão por meio de bancos de dados de aplicação da lei, como o NCIC (Centro Nacional de Informações Criminais, *National Crime Information Center*) ou o CJIS (Serviços de Informações sobre Justiça Criminal, *Criminal Justice Information Services*). Como o ICE pode acessar as informações depois que as impressões digitais coletadas pela polícia são inseridas no AFIS (Sistema Automatizado de Identificação de Impressões Digitais, *Automated Fingerprint Identification System*), até mesmo um pequeno encontro com a polícia local pode desencadear o envolvimento do ICE – mesmo que as acusações criminais sejam posteriormente retiradas ou nunca tenham sido registradas.
- Aplicação em larga escala ou em campo, em que os agentes do ICE prendem pessoas na comunidade, como em residências, locais de trabalho ou espaços públicos. Durante essas operações, o ICE também pode efetuar prisões "colaterais" de outras pessoas que encontrarem-se suspeitas de violar as leis de imigração, mesmo que essas pessoas não tenham sido inicialmente visadas para a aplicação da lei.

2. O ICE precisa de um mandado judicial para prender alguém?

Não. Embora os agentes do ICE às vezes prendam pessoas com base em mandados criminais - que são emitidos por tribunais federais com base na causa provável de que uma pessoa cometeu um crime – esse tipo de atividade de fiscalização é relativamente incomum. ICE pode prender pessoas com mandados administrativos, que são emitidos por oficiais do ICE.

Os mandados administrativos incluem formulários como:

- [Formulário I-205 \("Mandado de Remoção/Deportação"\)](#), que é emitido depois que a pessoa recebe uma ordem final de remoção; e
- [Formulário I-200 \("Mandado de Prisão para Estrangeiro"\)](#), usado quando o ICE acredita que alguém pode ser removido dos Estados Unidos.

Em outros casos, os agentes do ICE não precisam de um mandado judicial ou administrativo para prender alguém, inclusive se tiverem causa provável para acreditar que: (1) uma pessoa está violando as leis federais de imigração; e (2) a pessoa provavelmente fugirá antes que um mandado possa ser obtido. *Consulte* 8 U.S.C. § 1357(a)(2).

3. Quando o ICE pode entrar na casa das pessoas e em outros espaços privados?

Na maioria das circunstâncias, os agentes do ICE não podem entrar legalmente em espaços privados – como residências, escritórios particulares ou áreas não públicas de um local de trabalho – sem uma das seguintes opções:

- [Um mandado judicial](#) assinado por um juiz ou magistrado; ou
- Consentimento voluntário de alguém que tenha autoridade real ou aparente sobre a

propriedade (por exemplo, alguém que more no local).

Observe que um mandado administrativo do ICE (Formulários I-200 e I-205 descritos acima) não é um mandado judicial e não autoriza a entrada em uma residência ou outro espaço privado sem consentimento. Um mandado judicial é aquele assinado por um juiz.

NEM TODOS OS MANDADOS SÃO IGUAIS

Mandado judicial: Assinado por um juiz, permite que o ICE entre em uma residência.

Mandado administrativo do ICE: Assinado apenas pelo ICE, não permite a entrada em casa.

Se o ICE não tiver um mandado assinado por um juiz, você pode recusar a entrada.

Se os agentes do ICE estiverem tentando entrar em uma casa, a pessoa tem o direito legal de falar através da porta:

- Pedir para ver o mandado antes de abrir a porta;
- Verificar se o mandado está assinado por um juiz; e
- Negar a entrada se não for o caso.

4. Quais são os direitos da pessoa presa/detenção e dos espectadores?

Tanto a pessoa que está sendo presa/detida pelo ICE quanto os espectadores têm certos direitos de acordo com a Constituição dos EUA e a lei federal. Esses direitos protegem contra questionamentos ilegais, detenção e interferência na liberdade de expressão.

Direitos da pessoa que está sendo presa ou detida

Primeiro, a pessoa que está sendo presa ou detida tem o direito de permanecer em silêncio. Ela não precisa responder a perguntas sobre seu status de imigração, cidadania, onde nasceu ou como entrou nos Estados Unidos. A pessoa pode declarar: "Estou exercendo meu direito de permanecer em silêncio" e se recusar a falar com os agentes do ICE até que tenha falado com um advogado.

Em segundo lugar, a pessoa que está sendo presa ou detida tem o direito de contratar e falar com um advogado, mas o governo geralmente não é obrigado a fornecer um advogado nos procedimentos de imigração.

Terceiro, a pessoa que está sendo presa ou detida tem o direito de se recusar a assinar documentos. O ICE pode solicitar que as pessoas assinem formulários de saída voluntária, renúncias de direitos ou outros documentos. A pessoa que está sendo presa ou detida tem o direito de ler e entender qualquer documento antes de assiná-lo.

As pessoas que estão sendo interrogadas, presas ou detidas pelo ICE nunca devem fornecer informações falsas ou documentos falsos, pois isso pode resultar em acusações criminais. Consulte 18 U.S.C. § 1001.

Direitos dos espectadores

Primeiro, os espectadores das ações de fiscalização da ICE têm o direito de observar os agentes da ICE e registrar o encontro a uma distância razoável, desde que não interfiram com os agentes. Veja *Glik v. Cunniffe*, 655 F.3d 78 (1ª Cir. 2011).

Em segundo lugar, embora o ICE possa fazer perguntas, os espectadores têm o direito de permanecer em silêncio. Os espectadores não são obrigados a responder perguntas sobre seu próprio status imigratório ou o status de outra pessoa.

Terceiro, os espectadores têm o direito de recusar a entrada. Se os agentes do ICE se aproximarem de uma casa onde reside um transeunte, ele poderá recusar a entrada sem um mandado judicial.

Qualquer pessoa que supostamente tenha obstruído, impedido ou agredido um agente do ICE pode ser processada criminalmente. Consulte 18 U.S.C. § 111.²

5. Que perguntas alguém pode fazer se estiver sendo preso/confinado?

Durante uma ação de fiscalização da ICE, pode ser difícil saber o que está acontecendo ou por quê. Fazer as perguntas certas com calma pode ser útil. Embora o ICE não seja obrigado a responder a todas as suas perguntas, a pessoa que está sendo visada pode optar por perguntar:

- Estou sendo detido?
- Estou preso?
- Qual é o motivo?
- Você tem um mandado?
- Posso vê-lo?
- Para onde está me levando?
- Para qual agência você trabalha?
- Quais são seus nomes e números de crachá?
- Como minha família ou advogado pode entrar em contato com vocês?

Prepare-se antes de uma crise

Se você ou um ente querido correm o risco de serem detidos pelo ICE, considere a possibilidade de preparar planos de contingência para emergências de imigração que possam surgir, como a separação de famílias. Um guia detalhado de planejamento de emergência para famílias está disponível no [site](#) do Gabinete da Procuradora Geral.

6. O que os espectadores podem fazer, se é que podem, para ajudar alguém que está sendo preso/detido?

Desde que não estejam obstruindo ou impedindo a ação de aplicação da lei, os espectadores também podem ajudar a pessoa que está sendo visada a fazer perguntas ao agente do ICE (como as listadas acima no item 5) e documentar a ação de aplicação da lei – fazendo anotações ou gravando vídeos. Eles também podem fazer perguntas à pessoa que está sendo detida, tais como:

- Você tem um advogado de imigração para o qual eu possa ligar?
- Há algum membro da família para o qual você gostaria que eu ligasse?

7. O que acontece depois de uma prisão pelo ICE?

² Os estatutos estaduais também proíbem a agressão e a agressão a um policial (G.L. 265, § 13D, par. 1) e a resistência à prisão (G.L. c. 268, § 32B); interferir com um policial é um crime de direito comum em Massachusetts.

Depois que os indivíduos são presos pelo ICE, eles provavelmente serão levados a um escritório local do ICE ou a um centro de processamento para serem registrados. Lá, o ICE geralmente coletará suas impressões digitais, fotos e informações biográficas. O ICE também pode pedir que a pessoa assine documentos que podem envolver a renúncia de direitos importantes ou levar à deportação sem uma audiência. Conforme observado acima, o indivíduo preso tem o direito de permanecer em silêncio e de se recusar a assinar documentos que não entende. Na maioria dos casos, o ICE emitirá uma Notificação para Comparecimento (*Notice to Appear* – NTA) no tribunal de imigração, que contém alegadas violações de imigração, a data de sua primeira audiência no tribunal e inicia formalmente o processo de remoção.

Uma vez presa, a pessoa pode ser detida em qualquer lugar dos Estados Unidos. Embora inicialmente ela possa ser detida em algum lugar próximo ao local onde foi presa, ela pode ser rapidamente transferida para outra instalação em um estado diferente. Os membros da família e os defensores podem usar o [ICE Online Detainee Locator System](#) (Sistema de Localização de Detentos On-line do ICE) para tentar descobrir onde a pessoa presa está sendo mantida. (Observe que pode levar várias horas para que o ICE insira as informações da pessoa no sistema). O ICE tem informações (inclusive localização e informações de contato) sobre os centros de detenção que utiliza em seu [site](#).

Se for detida, a pessoa poderá – dependendo de seu histórico criminal e de imigração – solicitar uma audiência de fiança perante um juiz de imigração. Nessa audiência, o juiz de imigração decidirá se a pessoa pode ser liberada enquanto seu caso de imigração prossegue. Esse é um processo discricionário, e o indivíduo deve demonstrar com sucesso, para satisfação do juiz de imigração, que não é um risco de fuga nem um perigo para a comunidade. Dependendo das circunstâncias individuais, a pessoa também pode buscar alívio da remoção, como asilo, liberdade condicional ou cancelamento da remoção.

Embora os indivíduos detidos pelo ICE possam ser representados por um advogado, eles geralmente não têm o direito de ter um advogado nomeado para eles. Somente advogados licenciados ou representantes credenciados autorizados pelo Departamento de Justiça dos EUA podem representar legalmente alguém no tribunal de imigração. Infelizmente, muitas pessoas são vítimas de golpes de pessoas que falsamente afirmam poder ajudar – geralmente chamadas de "notários" ou "consultores de imigração". Mais informações sobre como evitar e denunciar fraudes de notários podem ser encontradas no [site](#) do Gabinete da Procuradora Geral.

Advertência: Cuidado com os golpes de imigração

Somente advogados licenciados e representantes credenciados pelo Depto. De Justiça podem prestar serviços jurídicos de imigração. Muitos imigrantes são vítimas de golpes de "notários" ou consultores falsos. Verifique as credenciais com a [ordem dos advogados do estado](#) ou com a [lista do DOJ EOIR](#). Uma orientação detalhada sobre como evitar golpes de imigração está disponível no [site](#) do Gabinete da Procuradora Geral.

Para contestar a legalidade da detenção pelo ICE fora do processo de remoção, o indivíduo detido geralmente precisaria apresentar uma petição de *habeas corpus* no distrito judicial federal em que está detido. Em muitos casos, as petições devem ser apresentadas prontamente para que a contestação possa ser ouvida antes que o detento seja transferido para outra instalação e distrito judicial.

8. Quais são os limites da cooperação da polícia local com o ICE?

As agências locais de aplicação da lei não podem ser obrigadas pelo governo federal a realizar a

aplicação da lei federal de imigração civil. Qualquer cooperação voluntária com o ICE por parte das autoridades policiais locais deve obedecer às limitações legais estaduais e locais, inclusive:

- Lunn v. Commonwealth, 477 Mass. 517 (2017): A Suprema Corte Judicial decidiu que os policiais estaduais e locais não têm autoridade legal para prender, deter ou manter um indivíduo com base apenas em uma retenção civil federal de imigração. Um detentor civil é uma solicitação do ICE para manter uma pessoa sob custódia até que os agentes do ICE possam prendê-la. Semelhante a um mandado administrativo, um detentor civil é emitido pelo ICE – não por um juiz. *Lunn* não limita as autoridades policiais estaduais e locais de agirem de acordo com a lei estadual para proteger a segurança pública; ela simplesmente deixa claro que as retenções civis federais não são, por si só, bases legais para a detenção.
- Constituição de Massachusetts: Garante proteção igualitária das leis a todas as pessoas, independentemente da nacionalidade, cidadania ou status de imigração.
- Lei de Direitos Civis de Massachusetts (MCRA): Garante a todas as pessoas "o direito ao policiamento profissional livre de preconceitos", o que significa que a aplicação da lei "não deve considerar a raça, etnia, ... [ou] status de imigração de uma pessoa" na tomada de decisões policiais. O MCRA também proíbe a interferência nos direitos de outra pessoa por meio de ameaças, intimidação ou coerção.
- Leis contra a Criação de Perfis: As leis estaduais proíbem a aplicação da lei de traçar perfis com base na raça, cor, etnia, nacionalidade, status de imigração ou cidadania real ou percebida. *Consulte* G.L. c. 90, § 63(h).
- Portarias e Resoluções Municipais Locais: Muitas cidades e vilas de Massachusetts – incluindo Boston, Amherst, Cambridge, Chelsea, Concord, Newton, Northampton e Somerville – aprovaram leis locais que limitam o envolvimento dos departamentos de polícia na fiscalização federal da imigração civil. Essas leis geralmente permitem a cooperação com as autoridades federais em questões criminais e outras questões de segurança pública, mas não permitem a participação na fiscalização de rotina da imigração civil.
- Políticas do Departamento de Polícia: Muitas agências de aplicação da lei adotaram regras, regulamentos e políticas departamentais que limitam o envolvimento na aplicação da lei de imigração. Essas políticas visam garantir que todos os residentes, independentemente do status migratório, sintam-se seguros para denunciar crimes ou cooperar com a polícia.

9. Os espectadores podem ter problemas por assistir ou gravar?

Não, os espectadores geralmente não podem ter problemas apenas por observar ou registrar os agentes do ICE – desde que não interfiram nas ações do ICE.

Os espectadores têm o direito de registrar

Conforme declarado acima, os espectadores têm o direito de observar e filmar os agentes do ICE a uma distância razoável em locais públicos. *Ver Glik v. Cunniffe*, 655 F.3d 78 (1ª Cir. 2011). Esse direito é protegido pela Primeira Emenda e não viola a Lei de Escutas Telefônicas de Massachusetts. *Consulte Project Veritas Action Fund v. Rollins*, 982 F.3d 813 (1ª Cir. 2020) (gravações secretas não violam a Primeira Emenda); *Curtatone v. Barstool Sports, Inc.*, 487 Mass. 655 (2021) (gravações abertas não violam a Lei de Escutas Telefônicas de Massachusetts).

Se um policial apreender o telefone de um espectador, ele precisará de um mandado judicial para ter acesso ao dispositivo ou à gravação.

Mas não para interferir

Embora seja permitido aos espectadores assistir ou gravar, eles devem permanecer a uma distância segura para não interferir na operação do ICE. A interferência pode incluir as seguintes ações, que podem resultar em acusações criminais:

- Empurrar ou tocar fisicamente um policial;
- Bloqueio de oficiais; ou
- Esconder a pessoa que o ICE está tentando prender.

Conclusão: Os espectadores podem assistir. Os espectadores podem gravar. Mas os espectadores não podem legalmente obstruir, impedir ou agredir um agente do ICE.

RECURSOS E AJUDA JURÍDICA

Há vários recursos para pessoas que buscam um advogado para representar a si mesmas ou a um ente querido em processos de imigração:

- [O diretório on-line](#) da Associação Americana de Advogados de Imigração;
- O Projeto Nacional de Imigração do [site "Encontre um Advogado"](#) da Associação Nacional dos Advogados (*National Lawyers Guild*);
- [A lista de prestadores de serviços jurídicos pro bono por estado](#) do Departamento de Justiça; e
- [Diretório de jurídica sem fins lucrativos](#) da Ajuda da Lei de Imigração (Immigration Law Help) por código postal e centro de detenção.

Uma pessoa detida pelo ICE pode ser encontrada por meio do [Sistema Online de Localização de Detentos](#) do ICE.

Qualquer reclamação à AGO pode ser feita à [Divisão de Direitos Cívicos](#), acessando www.mass.gov/how-to/file-a-civil-rights-complaint, enviando um e-mail para civilrights@mass.gov ou ligando para (617) 963-2917.

A AGO mantém um site com [recursos adicionais](#) para várias partes interessadas em imigrantes e instituições que os atendem. Esses recursos incluem orientações para [prestadores de serviços](#), [prestadores de serviços de saúde](#), [escolas de ensino fundamental e médio](#), [instituições de ensino superior](#) e muito mais.